

TRIBUTÁRIO

STF – Plenário – Sessão Virtual – Pauta: de 02.10.2020 a 09.10.2020

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4281/SP

Constitucionalidade do art. 425, inciso I, alínea b, do Decreto nº 54.177/2009, do Estado de São Paulo, que estabeleceu regime de substituição tributária na imposição de ICMS sobre fornecimento de energia elétrica contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), também conhecido como mercado livre, atribuindo dever instrumental de recolhimento às distribuidoras de energia elétrica.

Relatora: [Ministra Rosa Weber](#)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 601.967/BA (Tema 346)

Possibilidade de lei complementar dispor sobre o direito à compensação de créditos do ICMS, sob o argumento de que somente norma constitucional poderia impor limites à não-cumulatividade do ICMS, à luz do art. 155, § 2º, I, XII, c, da Constituição Federal. Análise de possíveis vícios na decisão.

Relator do incidente: [Ministro Alexandre de Moraes](#)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.025.986/PE (Tema 1012)

Controvérsia relativa à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - na venda de automóveis integrantes do ativo imobilizado de empresas locadoras de veículos adquiridos diretamente das montadoras, independentemente de a compra ter ocorrido em prazo inferior a um ano, à luz dos artigos 5º, incisos LV e LVI; 150, inciso I; 155, inciso II e § 2º; e 170, inciso IV, da Constituição Federal. Análise de possíveis vícios na decisão.

Relator do incidente: [Ministro Alexandre de Moraes](#)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 748.543/RS (Tema 689)

Possibilidade de o estado de origem cobrar ICMS sobre a operação interestadual de fornecimento de energia elétrica a consumidor final, para emprego em processo de industrialização, à luz do disposto no art. 155, § 2º, X, b, da Constituição Federal. Análise de possíveis vícios na decisão.

Relator: [Ministro Marco Aurélio](#)